

são convoca Jurandy e Marabuto para depor

4468
es querem que ex-presidente da Funai explique exploração mineral em terra indígena



Marabuto diz que vai manter a política de Jurandy Fonseca e trabalhar com a mesma equipe

O presidente demitido da Funai, Jurandy da Fonseca, e o que o substituiu, Nelson Marabuto, serão chamados à Comissão do Índio, da Câmara dos Deputados. O primeiro terá que explicar as razões de sua saída, confirmando ou não a recusa de assinar portaria sobre exploração de minérios em território indígena. O segundo, por sua vez, tentará demonstrar sua habilitação para o cargo.

A presença de Jurandy - primeiro - e de Marabuto - no dia seguinte - foi solicitada à Comissão do Índio pelo deputado Israel Dias Novais, do PMDB de São Paulo.

A demissão de Jurandy e sua substituição por Marabuto foi objeto de muitas críticas na reunião de ontem da Comissão do Índio, que esteve reunida sob a presidência do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT de São Paulo.

Há uma reversão de

tendências no tratamento da questão indígena, uma reversão para pior - disse o deputado Márcio Santilli, do PMDB de São Paulo.

O fato é da maior gravidade - disse o deputado balano Haroldo Lima, do PMDB - pois o que se deu foi um golpe na causa indígena.

O deputado Israel Dias Novais recordou ter sido o delegado Marabuto quem detivera em São Paulo o argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz.

O deputado acreano Nosser Almeida, do PDS, declarou então que não se deve desacreditar "nas qualidades do doutor Marabuto. Sendo um ilustre advogado, quem sabe se ele não poderá dar um excelente presidente da Funai?"

A ficha que tenho dele - responde Israel Novais - fala apenas em funcionário aposentado da Polícia Federal, fala em delegado. Pode ele ser formado em

Direito. Daí a "ilustre advogado" vai grande distância na exigência do deputado Nosser Almeida. Foi o "ilustre advogado" quem prendeu o Prêmio Nobel da Paz. A crônica desse sr. Marabuto em São Paulo é conhecida.

Márcio Santilli sustenta então que Jurandy caíra "com grande dignidade", enquanto Haroldo Lima recordou que ouvira, em fins do mês passado, na Funai, em presença também do deputado Mário Juruna, o sr. Marabuto - que vinha ali exercendo as funções de chefe de Segurança - criticar o então presidente Jurandy da Fonseca por não ter ainda assinado a portaria da mineração. Para Marabuto, Jurandy deveria ter "a lealdade" de assinar. E para o deputado, a palavra "lealdade" passou a ficar na moda no vocabulário governista, para justificar qualquer gesto em torno do qual haja resistência.

Decreto desagrada novo presidente

O novo presidente da Fundação Nacional do Índio, Nelson Marabuto Domingues, disse ontem que não assumiu a direção do órgão com o compromisso de assinar portaria regulamentando o Decreto 88.985/83, que trata da exploração e lavra de áreas indígenas. Ele confessou ser contra o aspecto generalizante da portaria, afirmando que, se for consultado pelo Ministério do Interior, vai sugerir a elaboração de um novo decreto que absorva os mecanismos de proteção ao índio.

"Não fui nomeado com a contingência de assinar qualquer portaria. No entanto, sou contra o aspecto generalizante da minuta, que não distingue índio ardeio de índios aculturados e isto poderia ser corrigido por um outro documento normativo, que pudesse assegurar a melhoria do nível de vida das comunidades, com trabalho, riqueza e melhor atendimento nos setores de educação e saúde. Tudo sob a proteção da Funai e, na medida do possível, feito pela própria Funai, associada a outros órgãos, como a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Departamento Nacional de Produção Mineral", disse Marabuto.

Ele assegurou que a proposta de trabalho levada

por Jurandy Marcos da Fonseca, de abertura no órgão, permitindo a participação do índio, não sofrerá solução de continuidade. Ao contrário. A equipe e assessores de Jurandy será mantida. Os índios Marcos Terena, chefe de gabinete, Megaron, diretor do Parque Indígena do Xingu, e Daniel Coxini, diretor do Parque Indígena do Araguaia, também foram confirmados nos cargos.

Embora o ex-presidente, Jurandy Fonseca, ao deixar a Funai, tenha lamentado a falta de recursos para "melhor administrá-la", Marabuto anunciou que recebeu do ministro do Interior, Mário Andreazza, a promessa da liberação de parte dos 8,7 bilhões solicitados. "Tive do ministro a garantia de receber estes recursos em tempo hábil. Parte será liberada hoje", disse ele, confiante, principalmente por ter sido cumprimentado, por telefone, pelo ministro Delfim Netto, da Secretaria do Planejamento. "O primeiro telefonema que recebi ontem foi do ministro Delfim. Vou procurar sensibilizá-lo para esta causa, que não é minha", acrescentou.

Marabuto não quis comentar a demissão de Jurandy Fonseca, seu amigo pessoal, como fez questão de salientar. Restringiu-se

a repetir a justificativa do ministro Mário Andreazza. "O ministro considerou que ele não deu um tratamento adequado às questões administrativas", disse. Na condição de sexto presidente da Funai, neste governo, Marabuto afirmou estar começando a entender as várias mudanças de administração, que se justificam pela complexidade do órgão. No entanto, ressaltou que, apesar de complexo, porque trata da assistência de uma minoria étnica, que envolve vários componentes sociais, acreditar que a Funai "é perfeitamente administrável".

Quanto aos desentendimentos que teve no passado, com o presidente eleito deputado Paulo Maluf, Marabuto disse não ter a pretensão de ser antimalfista. "Não sou político, nunca fui procurado por ele e nunca o procurei", afirmou.

Ele não descartou a possibilidade de um índio assumir a direção da Funai no próximo Governo, idéia lançada pelo ex-presidente Jurandy Fonseca, quando assumiu o órgão, no dia 9 de maio deste ano. "Não vejo por que isto não possa ocorrer. Desde que ele esteja habilitado e capacitado para isto, desde que seja um ponto de encontro das comunidades, por que não?"

Maluf defende demarcação da terra

A demarcação das terras dos índios em áreas suficientes para que eles possam ter uma vida condigna e deixar que o País explore a outra parte onde não existe reserva é a proposta do candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, para acabar com os conflitos envolvendo os índios. Ele acha que essa é uma forma de dar segurança e tranquilidade aos índios em seu habitat.

Segundo o deputado, é preciso estabelecer as reservas indígenas por diversas razões. "A primeira de-

las é sociológica. Os sociólogos que estudam o Brasil desde a sua origem sabem que é muito importante termos aeroportos asfaltados e cobrir o Brasil de jatos em poucos minutos, mas sabem também que temos que preservar a origem do Brasil, que está na identidade da família indígena", afirmou Maluf.

Lembrando que, "no passado, já tivemos, infelizmente, alguns conflitos, com feridos e mortos", Maluf disse que é fundamental, na definição da política indigenista, estabelecer medidas para se evitar es-

se tipo de problema. "O Brasil está cheio de terras", acrescentou, reforçando a sua tese sobre a necessidade urgente de se demarcar as reservas indígenas.

Sobre o decreto que permite a mineração em terras indígenas, Paulo Maluf disse que áreas onde existem índios não aculturados, deveriam ser reservadas exclusivamente aos seus primitivos ocupantes.

"O Brasil tem minérios para explorar em outras partes que não sejam as matas indígenas", justificou.

Conflitos podem aumentar

Salvador - Um agravamento do clima de tensão entre os índios Pataxó Há-Hã-Hã e os fazendeiros em Pau Brasil, na Bahia, devido à saída de Jurandy Fonseca da presidência da Funai e à ascensão do ex-delegado da Polícia Federal Nelson Marabuto, foi prevista ontem, nesta capital, pelo presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, Seção da Bahia (ANAI), Ordep Serra. Ele afirmou que, agora, os fazendeiros se sentirão fortalecidos e poderão tentar cumprir a ameaça de expulsar à força os índios do local.

Serra disse que a ANAIBA enviou um telegrama protestando contra a demissão de Jurandy Fonseca da Funai, "por se recusar a se tornar um genocida".

da". Segundo ele, o decreto que permite a mineração em áreas indígenas, que foi o motivo da demissão de Fonseca, além de inconstitucional, terá fatalmente como consequência o desaparecimento de vários grupos indígenas.

Fonseca, de acordo com Serra, foi afastado "porque agiu decentemente, ao se recusar a assinar o decreto, não aceitar ser co-autor de um genocídio. Seu substituto não passa de um policial truculento, responsável até por um vexame internacional, que foi a prisão do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Esquivel. Um homem, portanto, completamente desequilibrado para o cargo e que entende de índios tanto quanto eu entendo da química das estrelas", afirmou.

Andreazza: Esqueçam o policial

O ministro do Interior, Mário Andreazza, pediu ontem à imprensa que esqueça a condição de ex-delegado da Polícia Federal do novo presidente da Funai, Nelson Marabuto Domingues, e procure conhecer sua sensibilidade para com o problema indígena. Garantiu que a Funai continuará aberta à participação dos índios e que não haverá nenhuma mudança de diretriz.

Na opinião de Andreazza, a ação de Nelson Marabuto à frente da Funai dissipará sua imagem de policial. Ainda ressentido com o presidente exonerado, Jurandy Marcos da Fonseca, o ministro disse que ele não deveria ter aceitado o cargo quando convidado, uma vez que já conhecia o decreto que abre as áreas indígenas às empresas privadas de mineração.